



A Regional Overview of Poverty in Brazil 2016 – 2018

Um Panorama Regional da Pobreza no Brasil de 2016 – 2018

SILVA, Vinicius Castro Moreira da⁽¹⁾; MELO, Manoel Valquer Oliveira⁽²⁾

⁽¹⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2999-6660>; Universidade Federal de Alagoas - UFAL, BRAZIL. E-mail: vinciusc87@gmail.com.

⁽²⁾ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4487-5285>; Docente da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, BRAZIL. E-mail: manoel.melo@delmiro.ufal.br.

O conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos/as seus/as autores/as.

ABSTRACT

The condition of regional poverty cannot be excluded without emphasizing the stagnation of the process of formation of the productive forces of Brazilian society. The crucial issue for the transformation of this impoverishment is projected as something necessary that must be undertaken through public policies that reach acceptable levels of equality and social order for the country as a whole. It is wise to understand that the condition of poverty should not be measured only by economic aspects, but also by non-economic aspects. Based on these perspectives, this essay aims to analyze monetary poverty and multidimensional poverty as measurement tools to understand regional aspects of poverty in contemporary Brazil. To support the methodological procedures of the research, secondary data collected from the platform of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) are used, but specifically in the publications of the years 2017, 2018 and 2019, within the scope of the National Survey by Continuous Household Sample. Regarding the periods analyzed, it was observed that the insertion of people in the trends of a social situation of poverty did not occur significant change. As for the typifications that subdue poverty, they resonate negatively in the color of the skin and fixed in a certain age group. This time, it can be seen that the most recurrent impression on the most subjected and wronged by poverty in Brazil are ethnically black and brown men and women, and by the generational mode, children from 0 to 14 years. The dismayed in an excluded way are concentrated stratified in peripheral regions of the North and Northeast of the country.

RESUMO

A condição de pobreza regional não pode vir a ser excluída sem dar ênfase à estagnação do processo de formação das forças produtivas da sociedade brasileira. A questão crucial para a transformação desse empobrecimento projeta-se como algo necessário que deve empreendido por meio de políticas públicas que alcancem níveis aceitáveis de igualdade e ordem social para o país como todo. Torna-se sensato compreender que a condição de pobreza não deve ser mensurada somente por aspectos econômicos, mas também por aspectos não econômicos. Com base nestas perspectivas, este ensaio tem como objetivo analisar a pobreza monetária e a pobreza multidimensional como instrumentos de mensuração para compreender aspectos regionais da pobreza no Brasil contemporâneo. Para fundamentar os procedimentos metodológicos da investigação, utilizam-se dados secundários coletados na plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais especificamente nas publicações dos anos de 2017, 2018 e 2019, no âmbito da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Em relação aos períodos analisados, observou-se que a inserção de pessoas nas tendências de uma situação social de pobreza não houve alteração significativa. Quanto às tipificações que subjagam a pobreza, estas ressoam de forma negativa na cor da pele e fixada numa determinada faixa-etária. Desta feita, pode-se aferir que a impressão mais recorrente sobre os mais submetidos e injustiçados pela pobreza no Brasil são etnicamente homens e mulheres pretas e pardas, e pelo modo geracional, crianças de 0 a 14 anos. Os desalentados de forma excludentes concentram-se estratificados em regiões periféricas do Norte e Nordeste do país.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Histórico do Artigo:

Recebido: 28/02/2021

Aceito: 15/11/2021

Publicação: 01/01/2022



Keywords:

Regional analysis,
Monetary poverty,
Multidimensional poverty,
Socio-spatial segregation.

Palavras-Chave:

Análise regional,
Pobreza monetária,
Pobreza multidimensional,
Segregação socioespacial.

Introdução

O presente artigo delinea um panorama da pobreza no Brasil durante o período 2016 a 2018, focando-se em indícios de uma pobreza assimétrica que se cristaliza ainda de modo regional. Nos termos propostos pela análise, duas vertentes metodológicas incorporadas serviram como modelo de mensuração, a saber, a pobreza monetária e a pobreza multidimensional¹.

Este recorte acerca da pobreza no Brasil foi obtido a partir dos dados secundários coletados junto à plataforma *online* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua). Pode-se registrar que durante o período analisado, os estados mais suscetíveis à condição de vulnerabilidade e estratificação social estavam localizados na região Norte e Nordeste do país. Tratando-se de evidenciar sob o prisma de uma condição de pobreza monetária, a variável condicionada pela insuficiência de renda, repercutiu-se nos três anos consecutivos. Por outro lado, levando-se em consideração a pobreza multidimensional, as origens do fenômeno resvalam-se na falta dos serviços de saneamento básico, bem como, ao acesso à educação, a proteção social, a moradia adequada e o acesso à comunicação.

Pode-se constatar que a amostragem elencada neste estudo é um reflexo da conjuntura política decorrente do período analisado. De modo que não se pode pensar a dimensão da pobreza, sem a implicação nas tomadas de decisões políticas. No que se assenta a literatura norteadora deste texto, o intuito foi de ressaltar o tratamento epistemológico que tem sido explicitado a respeito do tema em voga. De modo geral, o ponto nodal que tem reverberado como *déficits* desta pobreza regionalizada, eclodem-se em torno da estratificação social, segregação socioespacial, geracional e da desigualdade étnico-racial.

Referencial Teórico

Este artigo traz um panorama da dinâmica dos indicadores socioeconômicos da pobreza regional do Brasil, no período 2016 a 2018. O objetivo desta investigação é abordar a situação de pobreza do ponto de vista monetário e multidimensional, evidenciando-se nos aspectos formais acerca das referidas metodologias. Não obstante, mesmo, quando se mede a intensidade

¹ De forma básica, a pobreza multidimensional é considerada uma das formas de se estudar a pobreza para além da falta de renda, com as interfaces, por exemplo, da falta de saneamento básico, acesso à educação, proteção social, moradia adequada, acesso à comunicação, entre outros fatores.

do processo e como se manifesta de maneira específica e espacial, faz-se necessário reconhecer que não existe uma visão linear dos autores que discutem acerca do fenômeno. É importante salientar que o nível de renda é uma dimensão significativa e que deve ser considerada para singularizar a pobreza.

Segundo Kageyama e Hoffmann (2006), a conceituação da pobreza se correlaciona em diversas formas de privação: de ordem material, cultural e social. Partindo-se desta afirmação, nota-se que a pobreza regional pode ser precedida de uma estrutura social que pode se apresentar de forma isolada ou como um conjunto de fatores causadores de tal problema.

Na perspectiva de Kageyama e Hoffman (2006), a forma comumente utilizada para a mensuração da pobreza é a de carência de renda. A definição de uma linha de pobreza dar-se por um valor monetário que se caracteriza como um fator limitante para considerar uma pessoa como extremamente pobre, pobre ou outras classes sociais afins.

No que tange uma abordagem multidimensional de mensuração da pobreza, Bezerra, Khan e Rocha (2016), afirmam-se ao longo do tempo que a pobreza foi mais reconhecida como sendo um problema multidimensional, tanto no ambiente governamental quanto no acadêmico. Os autores reforçam que o estudo deste fenômeno devem-se contemplar fatores sociais, econômicos, políticos, culturais, históricos e ambientais. Para os referidos autores, a tipificação adotada de uma determinada metodologia para a mensuração da pobreza impacta diretamente nas definições de futuras políticas públicas. Por outro lado, podem-se minimizar a correção e ou agravamento do problema.

Na esteira desta análise, Amartya Sen (1983), Crespo e Gurovitz (2002), Kageyama e Hoffman (2006), Silva e Neder (2010), apontam-se a pobreza como uma situação de privação e de vulnerabilidade material e humana que limita as pessoas a uma condição de subsistência. Dada essa definição de pobreza, detecta-se que podem ser feitos diversos enfoques sobre o tema. Inclusive, pode-se debruçar nas mais diversas facetas da pobreza, desde a falta de renda até a carência a um sistema de saúde e educação eficientes. Assim, em poucas palavras, a pobreza pode ser definida como sendo tudo aquilo que provoque uma restrição socioeconômica que priva as pessoas de ter acesso ao conjunto dos bens comuns da sociedade. Ao tratarmos o tema com parcimônia, considerando suas medidas subjetivas, entende-se que

Alguns investigadores consideram que medir a pobreza exclusivamente em termos de rendimento subestima a verdadeira extensão da privação entre os agregados com baixo rendimento. Vários estudos importantes procuraram medir a pobreza de acordo com critérios subjectivos, em vez de critérios objectivos como o nível de rendimento (GIDDENS, 2008, p. 315).

Sabe-se que ao longo dos anos, muitas investigações têm se debruçado acerca da pobreza no Brasil, pois este é um problema que vem assolando o país de modo secular. Entretanto, quase

sempre se apresenta associada aos desafios impostos pela desigualdade social advinda da questão monetária. Os obstáculos prementes para o enfrentamento desse mal são diversos e complexos, pode-se deduzir que a pobreza é desencadeada por diversos fatores.

Os investigadores que advogam explicações estruturais para a pobreza argumentam que a falta de ambição entre os pobres muitas vezes tomada como ‘cultura da dependência’ é, de facto, uma consequência das suas situações condicionadas e não uma causa das mesmas. Defendem que a redução da pobreza não consiste apenas numa questão de mudança das concepções individuais, mas requer medidas políticas destinadas a distribuir de forma mais uniforme os rendimentos e os recursos pela sociedade (GIDDENS, p. 320, 2008).

No pensamento do senso comum, quando se menciona o pobre, tem-se em mente que é um desafio propor a conscientização dessa população, no tocante a direitos e deveres. Por outro lado, percebe-se que já houve divergência ligada à mensuração do que de fato caracterizava como pobreza e qual seria seu conceito em sua concretude, seria somente uma questão monetária ou estaria ligada a outros fatores que não somente a renda? Aqui podemos imputar outra questão que se entrecruza:

Trabalho e pobreza transformam-se, assim, em dois modos antinômicos de existência social. Diante de uma figura normativa do trabalhador que dá provas da sua capacidade para a vida em sociedade e, portanto, tem o privilégio da proteção do Estado, a figura do pobre é inteiramente desenhada em negativo sob o signo da incapacidade e impotência, fazendo ajuda à única forma possível para os assim definidos ‘carentes’ se manterem em sociedade (TELLES, p. 27 e 28, 2013).

Ao discutirmos o problema no contexto da modernidade brasileira, Kliksberg (2014) renomado economista argentino diz que os índices de pobreza estão ligados à desigualdade, ou melhor, existe pobreza porque existe desigualdade. Inclusive, o autor aponta que se as ditaduras na América Latina não tivessem promovido um modelo de desenvolvimento que propiciasse o crescimento da desigualdade, ao fim destas ditaduras a quantidade daqueles que padeciam da pobreza teria sido a metade na região.

É importante lembrar que na América Latina a problemática da pobreza foi há muito tempo tematizada – começando pelo ensaísmo fecundo dos anos 1920 e 1930 até chegar aos estudos acadêmicos efetuados por equipes dotadas de diferentes técnicas de investigação. Várias tradições de pesquisa latino-americana sobre pobreza entrecruzaram-se, a partir de estudos etnográficos, em sua maioria, efetuados por antropólogos (REGO; PINZANI, p. 20, 2014).

De acordo com Pena (2014), o Brasil em função de seu histórico de colonização, houve um desenvolvimento tardio e dependência econômica, além dos problemas internos antigos e recentes, possui uma grande quantidade de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza. Acerca da discussão da pobreza multidimensional na região Nordeste, Caldas e Sampaio (2015) apresentam um estudo que mostra que essa região comparada às demais do país possuem um

dos maiores percentuais de residências sem acesso a itens de habitação e consumo, tais como acesso à energia elétrica, saneamento, água canalizada, geladeira, televisão e fogão a gás.

No que tange a discussão teórica referente à unidimensionalidade da pobreza, ou seja, seu aspecto monetário. Já observância da pobreza na dimensão multidimensional, Crespo e Gurovitz (2002) afirmam que a definição desses conceitos se tornam importantes nos estudos de pobreza por permitir uma visão mais clara e analítica do objeto de estudo. Ao compreender a complexidade do fenômeno, seus diferentes conceitos e formas de abordagens, torna-se possível conceber políticas públicas que busquem trazer soluções eficazes para o problema.

Amartya Sen (1983), nos estudos relacionados à ideia de multidimensionalidade na pobreza, ele defende que pelo fato das pessoas possuírem características únicas tanto pessoalmente quanto em sua vida cotidiana, não é possível que se estabeleça uma linha de pobreza única para todos os indivíduos. A pobreza representa uma situação na qual as oportunidades mais básicas para o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos continuam sendo negadas. Considerando-se, assim, o fato da privação de uma boa saúde, de usufruir de uma vida criativa e ter um padrão de vida digna, de liberdade, de decência, de amor-próprio, entre outras privações.

Por outro lado, a ideia de pobreza baseada na falta de renda não é de todo modo descartável. Para Silva e Neder (2010), a pobreza baseada na escassez de renda não é uma ideia totalmente infundada, já que a insuficiência de renda é limitadora dos atos dos indivíduos e a principal causa da fome individual e coletiva. Uma renda inadequada é, com efeito, uma forte condição de uma vida pobre.

Segundo Santos e Silva (2019), a pobreza conforme a abordagem monetária pretende classificar os indivíduos em pobres e não pobres, onde eles são identificados pela insuficiência de renda. Neste caso, um segundo conceito passa a ter grande importância, o da linha da pobreza, que é o fator que demarca essa tipificação socioeconômica.

A princípio, para que se tipifique uma classificação de pobres e não pobres faz-se necessário para conceituar uma definição de uma linha de pobreza. Desse modo, o Banco Mundial em suas diretrizes operacionais define como sendo a linha de extrema pobreza, uma renda mensal *per capita* de US\$ 1,90 por dia. Já a linha de pobreza é definida como sendo de US\$ 5,50 por dia. Nesta abordagem monetária, pessoas que sobrevivem diariamente com menos do que os referidos valores são considerados extremamente pobres e pobres, respectivamente.

Na primeira década do século XXI, o Brasil passou por uma redução no número de famílias que se encontrava na linha da pobreza, a redução ocorreu até o ano de 2014, onde o país acabou entrando em grave crise econômica e política. Essa instabilidade acabou provocando o aumento da parcela de brasileiros abaixo da linha da pobreza após toda a redução

durante os anos anteriores. Em 2014, ficou registrado a maior diminuição no número de famílias abaixo da linha de pobreza (US\$ 5,50 p/dia), quando 22,8% da população se encontravam nessa condição, os anos seguintes foram caracterizados por constantes aumentos no número de extremamente pobres.

Procedimento Metodológico

Este ensaio tratou de problematizar a pobreza como objeto de estudo, caracterizando-se de forma exploratória suas características econômicas e não econômicas. Inicialmente, cabe destacar que a modalidade da pesquisa se debruçou dentro de uma abordagem qualitativa e que fez uso do método quantitativo para ilustrar a pobreza à luz dos dados secundários coletados na plataforma do IBGE, nos relatórios da Síntese de Indicadores Sociais para os anos de 2016, 2017 e 2018, feito com base nas PNAD's Contínuas dos respectivos anos.

Os relatórios serviram-nos como fonte de registros para aprofundar a investigação. Para a delimitação do ponto de vista metodológico, foram utilizadas, especificamente, as informações voltadas para tipificar tanto a pobreza monetária quanto a multidimensional. A primeira considera a renda dos indivíduos, a segunda lança mão de indicadores que caracterizam a pobreza de forma multidimensional, tais como acesso à educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e acesso à comunicação.

Cabe mencionar que a metodologia adotada pelo IBGE nas formas de se mensurar a pobreza são duas e são basicamente as já citadas aqui, sendo elas a multidimensional e a com base na renda. Considerando a metodologia multidimensional o IBGE adota os cinco indicadores mencionado no parágrafo anterior (falta de saneamento, proteção social, condições de moradia, educação e acesso a comunicação). Já considerando a mensuração com base na renda, o IBGE adota as diretrizes do Banco Mundial que definem duas linhas, sendo a de pobreza e a de extrema pobreza. Na primeira são consideradas pobres as pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 5,50 por dia, na segunda linha são caracterizados como extremamente pobres as pessoas que sobrevivem com menos de US\$ 1,90 por dia.

De forma básica quando se fala em pobreza multidimensional é necessário ter em mente que esse método de caracterização e mensuração considera que a pobreza é formada por um conjunto de indicadores. Na metodologia de mensuração com base na renda são definidas linhas ou faixas de renda, situação a qual pessoas que ganham abaixo desse valor são consideradas pobres ou extremamente pobres.

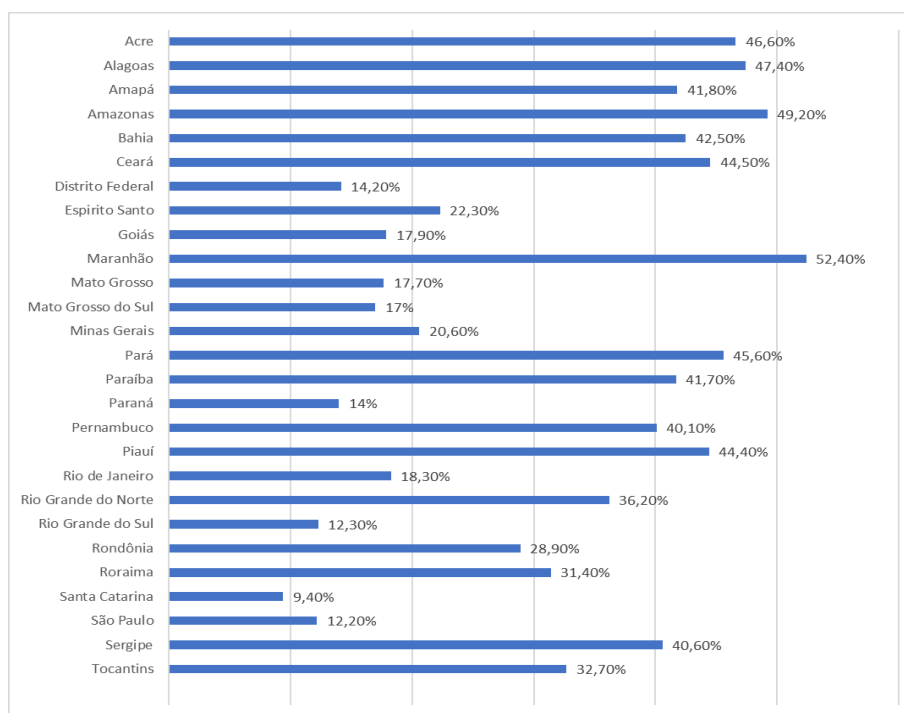
Desta forma, a perspectiva proposta pelo estudo é de fazer uma contextualização teórica a respeito do tema pobreza e suas metodologias de análise, seguida por uma apresentação do panorama regional da pobreza no Brasil Moderno e suas idiosincrasias.

Resultados e Discussão

Panorama regional da Pobreza Monetária e Multidimensional do Brasil em 2016

Voltando a atenção para as linhas de pobreza, no ano de 2016, 25,4% da população brasileira se encontrava abaixo da mesma, considerando-se o valor *per capita* de US\$ 5,50 (O valor corresponde ao rendimento domiciliar por pessoa), com a maior incidência na região Nordeste e menor na região Sul do país, com respectivamente 43,5% e 12,5% da população estando nessa situação. Abaixo no gráfico (nº 1), foi apresentado uma proporção de pessoas que possuíam o rendimento domiciliar *per capita* inferior a US\$ 5,5 por dia, em todos os Estado da Federação. Considerando o aspecto monetário da pobreza. Antes de dar prosseguimento a apresentação dos dados, é importante contextualizar acerca de um termo presente em muitas das tabelas e gráficos, o chamado PPC sigla para Paridade de Poder de Compra. De forma muito básica e direta o PPC é um método utilizado para calcular o poder de compra de uma determinada moeda comparada a outra. Dessa forma, temos no gráfico 1.

Gráfico 1. Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a 5,5 dólares por dia em paridade de poder de compra, segundo as Unidades da Federação – 2016



Fonte: Desenvolvido com base em dados do IBGE (PNAD - Contínua 2016).

Dentre as unidades da federação, os estados mais carentes seguindo o critério da linha da pobreza aferido pelo Banco Mundial estão, a saber: o Estado do Maranhão com 52,4%, o Estado do Amazonas com 49,2% e o Estado de Alagoas com 47,4%, praticamente metade da população desses estados encontram-se na situação de pobreza no tocante ao critério monetário. Cabe destacar que a síntese dos indicadores aponta que a maior parte dessa população pobre se encontra no interior dos estados, especificamente em comunidades zonas rurais.

Voltando para a caracterização da população que se encontra abaixo da linha da pobreza, um fato desagradável a ser imputado pelos dados, apontam-se os grupos mais atingidos são crianças e jovens entre 0 a 14 anos, mães solteiras, homens pretos e pardos. Cerca de 17,8 milhões de crianças nessa faixa etária encontram-se abaixo da linha de pobreza, como aponta a Síntese dos Indicadores Sociais feitas com base na PNAD contínua. Conjecturamos que a condição vulnerabilidade social desses grupos nos leva a crer que muitos tendem a sobreviver de forma precarizada. A seguir na tabela 1, um panorama da situação do país no período.

Tabela 1. Total e proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a 5,5 dólares PPC - Brasil – 2016

Características selecionadas de domicílios e pessoas	Pessoas residentes em domicílios particulares permanentes com rendimento familiar per capita inferior a US\$ 5,5 PPC	
	Total (1000 pessoas)	Até US\$ 5,5 PPC 2011 (1) %
Total	205.511	25,4
Cor ou Raça e Sexo		
Homem Branco	43,130	15,3
Homem Preto ou Pardo	55,591	33,3
Mulher Branca	47,788	15,2
Mulher Preta ou Parda	57,154	34,3
Faixa Etária		
0 a 14 anos de Idade	42,059	42,4
15 a 29 anos de Idade	48,590	28,8
30 a 59 anos	85,297	21,3
60 anos ou mais de Idade	29,566	7,5
Tipo de Arranjo Domiciliar		
Unipessoal	10,744	9,4
Casal sem Filho	32,717	11,6
Casal com Filho(s)	115,888	29,5
Mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	11,272	55,6
Mulher Preta ou Parda sem cônjuge e com Filho(s)	7,389	64,0
Outros	34,891	19,7

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (PNAD - Contínua 2016).

Considerando outro aspecto da pobreza que não somente a limitação de renda, o relatório da Síntese dos Indicadores Sociais define cinco características principais para demarcar um indivíduo que sofre através da pobreza multidimensional, constituem-se entre eles: acesso à

educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e acesso à comunicação. Desta maneira, para o ano de 2016, aproximadamente 65% da população brasileira sofria pelo menos de uma dessas restrições.

Panorama regional da pobreza monetária e multidimensional do Brasil em 2017

Seguindo para o ano de 2017 e levando em consideração a linha de extrema pobreza definida pelo Banco Mundial (US\$ 1,90), a Síntese de Indicadores mostra que ocorreu um aumento no número de extremamente pobres entre os anos de 2016 e 2017, passando de 6,6% da população para 7,4%, consistindo-se aproximadamente por 15 milhões de pessoas. Este crescimento foi verificado em todas as regiões do país, exceto na região Norte, na qual se manteve estável. A partir da concepção da linha de pobreza que corresponde o valor de (US\$ 5,50), verificou-se um aumento passando de aproximadamente 25,4% da população em 2016 para 26,5% em 2017, cerca de 55 milhões de pessoas.

A Síntese de Indicadores (IBGE, 2017) ainda aponta que grande parte desses 55 milhões de brasileiros abaixo da linha da pobreza encontrava-se na região Nordeste do país, sendo mais de 25 milhões de pessoas. Analisando a tabela 2, nota-se que houve um aumento no número de pobres em todas as linhas de pobreza, tanto nas definidas na metodologia do Banco Mundial, quanto na adotada pelo IBGE. Considerando, exclusivamente, a linha de extrema pobreza associada ao valor de (US\$ 1,90), percebe-se um crescimento mais acentuado na região Nordeste no panorama geral do Brasil em comparação com as demais regiões.

Tabela 2. Pessoas por classes de rendimento mensal real domiciliar per capita selecionadas, segundo as Grandes Regiões - 2016-2017

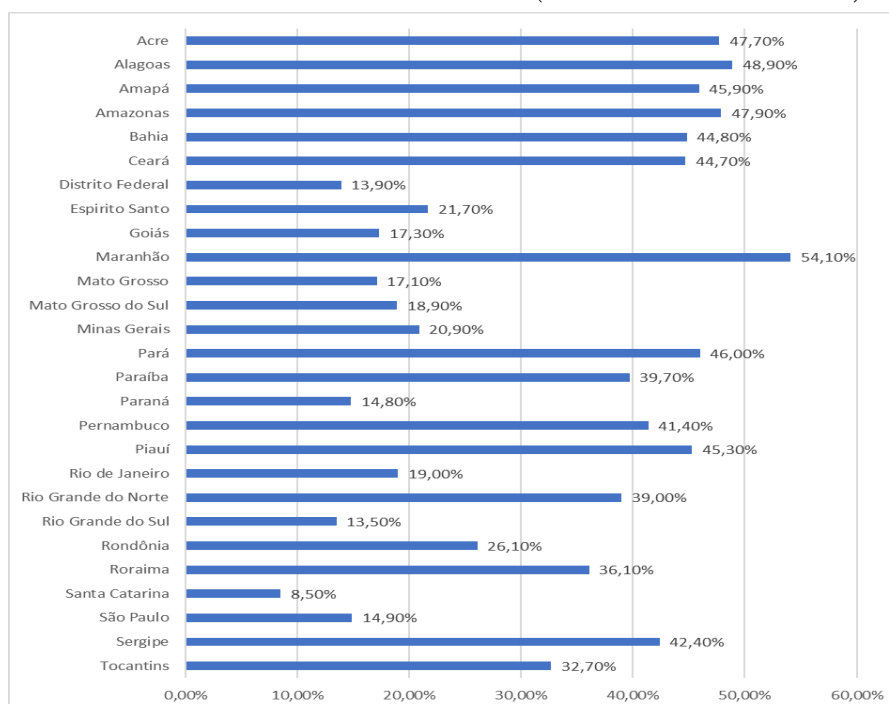
Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares							
	Total (1000 pessoas)		Classes de rendimento mensal real domiciliar per capita					
			Até ¼ de salário mínimo (R\$ 234,25)		Mais de ¼ a ½ salário mínimo (R\$ 468,50)		Até R\$ 85,00	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Brasil	205,386	207,004	12,6	13,0	18,5	17,7	4,0	4,7
Norte	17,420	17,647	23,7	22,4	26,6	25,7	5,8	6,6
Nordeste	56,733	57,080	23,9	25,0	26,6	24,9	7,4	9,0
Sudeste	86,305	86,921	6,6	7,0	14,3	14,4	2,6	2,8
Sul	29,393	29,603	5,1	5,0	11,7	10,6	1,8	2,2
Centro Oeste	15,534	15,754	6,5	6,8	16,5	14,8	2,1	2,5
Grandes Regiões	Pessoas residentes em domicílios particulares							
	Classes de rendimento mensal real domiciliar per capita							
	Mais de R\$ 85 a R\$ 170		Até US\$ 1,9 PPC 2011		Até US\$ 3,2 PPC 2011		Até US\$ 5,5 PPC 2011	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Brasil	4,1	4,1	6,6	7,4	12,8	13,3	25,7	26,5
Norte	9,1	8,2	11,4	11,8	24,1	23,3	43,7	43,1
Nordeste	8,7	8,5	13,2	14,7	24,4	25,8	44,0	44,8
Sudeste	1,5	1,8	3,4	3,8	6,7	7,0	16,1	17,4
Sul	1,2	1,4	2,4	2,9	5,2	5,2	12,5	12,8
Centro Oeste	1,6	1,9	3,0	3,6	6,5	6,8	17,3	16,9

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (PNAD - Contínua 2016 -2017).

Entre os Estados brasileiros, notadamente, identifica-se uma perspectiva semelhante com a do ano de 2016, no qual Maranhão e Alagoas acabaram permanecendo com a amarga classificação de estados com maior parte da população abaixo da linha da pobreza (US\$ 5,50), ambos os estados tinham 54,1% e 48,9% de suas populações caracterizadas como pobres, seguindo-se a classificação com base na renda. Observa-se que na região Sul onde se encontram os referidos estados tem sido sempre imputado pela amostragem dos dados, uma região com menor incidência de pessoas em condições de precariedade e escassez, ver gráfico 2.

Gráfico 2. Proporção de pessoas com rendimento real efetivo domiciliar per capita de até US\$ 5,50 PPC diários, segundo as Unidades da Federação - Brasil – 2017

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (PNAD - Contínua 2016 -2017).



Esta comparação regionalizada do Brasil, os estados do Norte e Nordeste estão muito acima da porcentagem de pessoas abaixo da linha de pobreza. Depois de Alagoas e Maranhão estão Acre (47,7%) e Amazonas (47,9%), como os estados com maior quantidade de pessoas sobrevivendo com essa insuficiência de renda. Se olharmos atentamente, o gráfico (nº 2) mostra detalhadamente que nenhum estado do Norte ou Nordeste possui menos do que 30% de sua população abaixo da linha de pobreza. Isso é um fato alarmante, pois mostra a desigualdade latente entre essas regiões em relação às demais do país, ainda mais se observarmos que em nenhuma outra região chegou a ter 30% de sua população abaixo da linha de pobreza (US\$ 5,5 p/dia).

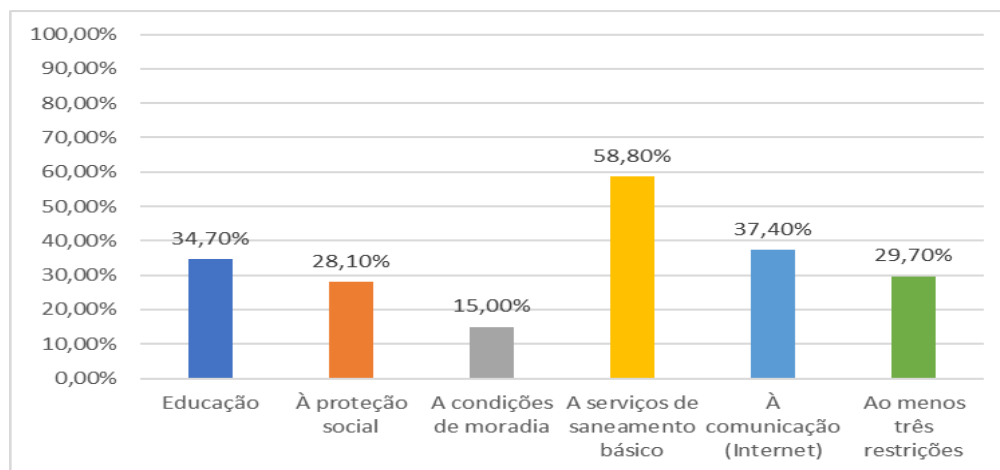
Sabendo de quão afetados são as crianças e jovens pela pobreza, detecta-se a necessidade e a importância de políticas públicas que atuem no resgate desses indivíduos para alcançar a cidadania. Devem-se fomentar políticas públicas com uma atenção especial voltada para esses grupos específicos, por exemplo, o programa Bolsa Família - BF. A proposta não é só a distribuição monetária para famílias oriundas da situação de pobreza, mas manter essas famílias em situação de equidade e proteção social.

Neste itinerário investigativo, foi verificado que as regiões com o maior índice de vulnerabilidade social permanecem sendo o Norte e Nordeste. Em relação aos indicadores de restrição, averiguaram-se dentre os serviços de saneamento básico como o problema mais severo e catastrófico nas referidas regiões. Na sequência, com intuito de demonstrar em detalhes

a situação do Nordeste em relação à falta de condições básicas para uma vida digna durante o período analisado:

Gráfico 3. Proporção de pessoas com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Nordeste -2017

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (PNAD - Contínua 2016 - 2017).



A caracterização da região que mais sofre com ao menos três restrições é a Nordeste, com 29,70% dos domicílios que padecem com a ausência de saneamento básico, educação e acesso à internet. Aqui a exclusão social é digital e serve de barreira para o desenvolvimento humano e da economia da região.

A reprodução social numa região precarizada que não dispõe de um serviço de telefonia, rede coletora de esgoto e uma escola, não pode ser pensada sem a violação dos direitos para uma vida digna. Se analisados e comparados isoladamente, os três indicadores mencionados anteriormente, encontram-se em pior situação na região Nordeste se comparada a outras regiões do país. A visão de inferioridade persiste de forma arraigada. E a tendência de erradicação do problema opera de forma lenta e imediatista, principalmente nesses rincões do país.

O perfil dos mais afetados pela pobreza multidimensional na metodologia do IBGE para o ano de 2017 é formado principalmente por mães solteiras pretas ou pardas com filhos de até 14 anos, mais de 25% sofrem restrições de pelo menos três dos indicadores mencionados. Certamente, reconhece-se que tanto pelo viés monetário quanto pelo multidimensional, o grupo de pessoas propensas à vulnerabilidade e a pobreza são compostos por mães solteiras pretas ou pardas.

Ao conectarmos com a miríade de dados concernentes aos fatores associados à pobreza multidimensional desta amostragem, o caráter histórico dessa condição de desigualdade social e subcidadania submete-se a dinâmica dos interesses das classes dominantes e monopolistas. Observa-se que os indicadores são sistematicamente semelhantes no que se refere o número, gênero e caso.

Panorama regional da pobreza monetária e multidimensional do Brasil em 2018

Verifica-se que o ano de 2018, no tocante aos dados do relatório da Síntese dos Indicadores publicado pelo IBGE, consta-se que 25,3% ou 52,5 milhões de brasileiros encontravam-se abaixo da linha de pobreza (US\$ 5,50 p/dia), demonstrando-se numa redução se comparado ao ano anterior. O texto aponta que a elevação na ocupação aliada ao aumento nos rendimentos e aposentadorias, especificamente, na região Sudeste do país, foi o que fez que aproximadamente um milhão de pessoas saíssem da linha de pobreza, se comparados os anos de 2017 e 2018. Abaixo a tabela (nº 3) apresenta detalhadamente a evolução da pobreza no país no período de 2012 a 2018, considerando-se tanto a linha de extrema pobreza quanto a de pobreza. Essa linha do tempo foi utilizada para ilustrar de maneira mais clara e em um período de tempo maior a situação da pobreza e extrema pobreza no Brasil e suas regiões. Considerando esses dois aspectos (pobreza e extrema pobreza) foi a partir do ano de 2014 que o número de famílias abaixo dessas linhas atingiu seu menor patamar, nos anos seguintes o aumento foi gradativo, ver tabela 3.

Tabela 3. Distribuição percentual de pessoas, segundo classes de rendimento real domiciliar per capita e as Grandes Regiões - 2012-2018

Grandes Regiões	Distribuição percentual de pessoas residentes em domicílios particulares (%)						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Menos de US\$ 1,9 PPC 2011							
Brasil	5,8	5,1	4,5	4,9	5,8	6,4	6,5
Norte	9,7	8,3	7,5	9,0	9,7	10,1	11,0
Nordeste	12,4	11,1	9,4	10,3	12,0	13,5	13,6
Sudeste	2,6	2,4	2,2	2,2	3,0	3,2	3,2
Sul	1,8	1,4	1,4	1,5	1,9	2,2	2,1
Centro Oeste	1,9	1,8	1,8	2,0	2,6	2,9	2,9
Menos de US\$ 5,5 PPC 2011							
Brasil	26,5	24,9	22,8	23,7	25,5	26,0	25,3
Norte	42,5	41,4	38,3	40,5	43,7	42,4	41,3
Nordeste	46,4	43,7	40,5	41,3	43,7	42,4	41,3
Sudeste	16,3	15,5	13,8	14,7	16,1	17,2	16,3
Centro Oeste	17,8	15,3	15,1	15,6	17,2	16,8	16,4

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (PNAD Contínua 2012-2018).

Certamente, repara-se que as regiões mais vulneráveis do país são a Norte e Nordeste, ambas as regiões superaram os números de extremamente pobres em 2018 se comparados aos números de 2012, mas se for feita a mesma comparação nesse período de tempo, as regiões Sul

e Sudeste também apresentaram uma elevação no número de extremamente pobres. Podemos especular que as graves crises econômicas associadas às incertezas políticas que o país vem passando favoreceram e muito os resultados observados, com o número de desempregados muito elevado.

Voltando a falar sobre a redução verificada no número de famílias abaixo da linha de pobreza entre os anos de 2017 e 2018, cabe apontar que por outro lado nesse mesmo período ocorreu uma pequena elevação no número dos extremamente pobres no Brasil como um todo. Os extremamente pobres no ano de 2018 representaram 6,5% da população ou 13,5 milhões de pessoas. Se por um lado, o número de pobres caiu, por outro o de extremamente pobres aumentou, reflexo da fragilidade da economia e associada à condição de vulnerabilidade social dessa população.

Agora se atendo as unidades da federação no ano de 2018, assim como nos anos anteriores Maranhão e Alagoas permanecem sendo os estados com maior incidência de pobres e extremamente pobres. Podemos imaginar que a tipificação da vulnerabilidade nesses estados são frutos amargos decorrentes das oligarquias locais, o poder político e a concentração da economia nos latifúndios, no caso de Alagoas, a monocultura da cana-de-açúcar, tornou-se a economia local extremamente dependente dessa cultura, que foi se deteriorando ao longo dos anos através de uma interação simbiótica e parasitária entre o estado e os usineiros, os maiores detentores das terras da região.

Uma nova informação presente no relatório da Síntese dos Indicadores Sociais para o ano de 2018 aponta-se que a partir do ano de 2015 ocorreu uma elevação no nível de ocupação dos indivíduos, ou seja, tinham mais pessoas empregadas a partir daquele ano, só que grande maioria dessas novas ocupações era fornecida por trabalhos informais. A submissão ao trabalho informal geralmente proporciona uma renda inferior e isso vem demonstrar que mesmo pessoas que estejam ocupadas, encontram-se abaixo da linha da pobreza. Esse fenômeno que começou a ser notado no ano de 2015 e repetiu-se em 2018.

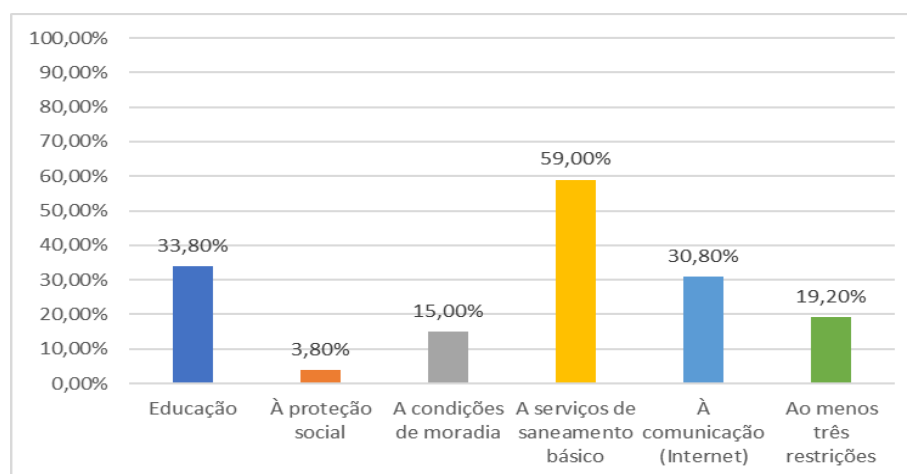
Montando o perfil dos mais pobres para o ano de 2018, no tocante aos dados publicados na tabela (nº 4) a seguir demonstra-se que os grupos mais afetados não mudaram, permanecem sendo os mais atingidos crianças entre 0 e 14 anos, seguidos por mulheres pretas ou pardas. De modo geral, a segregação racial e geracional são pontos nodais da pobreza que merecem destaque. É inegável constatar que as pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza possuem um retrato muito bem definido. Comparando os números de brancos com os pretos e pardos chega a ser praticamente o dobro o número de indivíduos do segundo grupo afetados por este problema social.

Tabela 4. Proporção de pessoas com rendimento domiciliar per capita inferior a US\$ 5,50 PPC diários, segundo características selecionadas - Brasil - 2018

Características selecionadas	Proporção de pessoas com rendimento inferior a US\$ 5,50 PPC (%)
Sexo	
Homens	25,2
Mulheres	25,4
Cor ou Raça	
Branco	15,4
Pretos ou pardos	32,9
Sexo e cor ou raça	
Homens brancos	15,6
Homens pretos ou pardos	32,4
Mulheres brancas	15,2
Mulheres pretas ou pardas	33,5
Grupos de idade	
0 a 14 anos	42,3
15 a 29 anos	29,6
30 a 59 anos	21,3
60 anos ou mais	7,5

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (PNAD 2018).

Agora tomando como base medidas multidimensionais da pobreza no ano de 2018 no contexto de todo o Brasil, o indicador que define a pobreza mais presente é o de acesso ao saneamento básico com 37,2% da população brasileira sofrendo essa carência. Em seguida, vem à educação, com 27,6% da população não tem acesso a esse indicador. Neste panorama, as regiões mais carentes são a Norte e Nordeste. A seguir no gráfico (nº 4) é explanada a conjuntura verificada na região Nordeste, uma das mais vulneráveis do país no ano de 2018.

Gráfico 4. Proporção de pessoas com restrições ao acesso, por tipo e quantidade, segundo as Grandes Regiões/Nordeste – 2018

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (PNAD 2012-2018).

Neste gráfico (nº 4) que aponta acerca dos indicadores no Nordeste, pode-se notar uma situação diferente, onde ocorreu uma pequena piora no indicador dos serviços de

saneamento básico, a diferença é mínima, mas talvez seja interessante apontá-la. Continuando a comparação com o ano anterior ocorreu uma pequena melhora em quase todos os indicadores, como visto nos demais gráficos ocorreu uma melhora considerável no indicador de proteção social.

Agora, caracterizando o perfil dos pobres no Brasil no ano de 2018, seguindo a metodologia multidimensional adotada pelo IBGE. Considerando a totalidade da população brasileira, aponta-se que 10,6% sofriam restrições em ao menos três dos cinco indicadores selecionados. Se comparados os dados publicados nos anos anteriores com os do ano atual e considerando apenas a pobreza multidimensional, houve uma diminuição no número de pobreza. Em 2017, 15,8% da população sofria com ao menos três restrições, no ano de 2018, esse número caiu para 10,2%. Como o relatório não apresenta motivos para essa redução pode-se deduzir que a intervenção na transferência de renda do governo federal para os estados, também merece suas considerações quando se trata de minimizar a falta de condições básicas para uma vida saudável.

Embora não seja o foco deste ensaio, sabe-se que o racismo e o preconceito devem ser combatidos diariamente. Se este tipo de comportamento acontece numa democracia, pressupõe-se que não existe democracia racial, e o processo de desenvolvimento humano torna impotente e precisa ser reconsiderado, no caso de uma espécie de subcidadania. Diferentemente dos anos anteriores, o grupo social mais afetado pela pobreza multidimensional foi o de trabalhador familiar auxiliar, seguido por arranjos familiares compostos por uma única pessoa. A tabela 5 detalhadamente os mais afetados.

Considerando exclusivamente os aspectos monetários da pobreza, o que foi verificado geralmente foi um aumento no número de pobres nesse período de tempo, tanto considerando a pobreza quanto a extrema pobreza. Desta forma, com a apresentação destes dados pode-se ter um conhecimento preliminar da situação do Brasil e seus estados, no tocante ao problema crônico da pobreza e suas formas de expressão.

Tabela 5. Proporção de pessoas com restrição de acesso a serviços, segundo características selecionadas de pessoas e domicílios - 2018

Características selecionadas de pessoas e domicílios	Pessoas residentes em domicílios		
	Proporção com restrição de acesso (%)		
	À internet	Ao menos três serviços	Média de serviços restritos
Total	20,1	10,6	1,0
Sexo			
Homens	20,8	11,6	1,0
Mulheres	19,5	9,7	1,0
Cor ou raça			
Branços	15,2	6,4	0,8
Pretos ou pardos	23,9	13,9	1,2
Sexo e cor ou raça			
Homens brancos	15,4	7,0	0,8
Homens pretos ou pardos	24,8	15,0	1,2
Mulheres brancas	15,1	5,9	0,8
Mulheres pretas ou pardas	23,0	12,7	1,2
Posição na ocupação			
Empregado	13,7	10,1	0,9
Com carteira de trabalho assinada	7,3	2,3	0,6
Sem carteira de trabalho assinada	19,1	13,2	1,1
Trabalhador doméstico	20,6	12,7	1,3
Militar ou funcionário público estatutário	5,3	1,2	0,4
Empregador	4,8	2,6	0,5
Conta própria	20,5	14,4	1,2
Trabalhador familiar auxiliar	35,2	26,1	1,7
Moradores em arranjos domiciliares do tipo			
Unipessoal	48,6	20,7	1,4
Casal sem filho(s)	30,8	15,9	1,2
Casal com filho(s)	15,3	9,1	0,9
Arranjo formado por mulher sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	18,7	8,9	1,0
Arranjo formado por mulher branca sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	13,7	6,2	0,8
Arranjo formado por mulher preta ou parda sem cônjuge e com filho(s) até 14 anos	20,8	10,2	1,1
Outros	19,0	8,5	1,0

Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (PNAD 2012-2018).

Como mostrado na tabela (nº 5) que traz um panorama geral do período de 2012 a 2018, entre os anos de 2012 e 2014 tanto o número de pobres quanto ao de extremamente pobres vinha se reduzindo ano a ano. A partir de 2015 passou a ocorrer o inverso, nas duas linhas de mensuração passou a verificar-se um aumento considerável, somente no ano de 2018 que ocorreu uma redução na quantidade de pessoas que estavam abaixo da linha de pobreza, mas por outro lado a de extrema pobreza permaneceu em crescimento. Talvez não seja nenhuma

surpresa constatar que homens e mulheres negros são os mais vulneráveis a pobreza, considerando aspectos relacionados ao sexo e a faixa etária.

CONCLUSÃO

Como descrito no decorrer deste trabalho, nota-se a abrangência e complexidade do tema pobreza, desde sua metodologia de análise até as publicações resultantes de pesquisas envolvendo este tema. Contabilizando o cenário apresentado, verificam-se no período estudado algumas oscilações na situação regional dos mais pobres no país. No que tange a linha de extrema pobreza entre o ano de 2017 e 2018, percebe-se um leve aumento no número de brasileiros que se encontravam abaixo desta margem, por outro lado, na linha de pobreza ocorreu uma diminuição, isso retrata a oscilação mencionada no lapso temporal, além de outras situações reveladas.

Correlacionando acerca da pobreza multidimensional, ponderando-se a respeito do sexo e da questão étnico-racial, aponta-se que os mais vulneráveis são homens pretos ou pardos, acometidos por pelo menos três restrições que caracterizam a referida metodologia (acesso à educação, proteção social, moradia adequada, serviços de saneamento básico e acesso à comunicação), considerando especificamente, o ano de 2018.

Cabe salientar que este ensaio foi elaborado durante a crise sanitária da pandemia do novo coronavírus, fato que não pode ser negligenciado. Tendo em vista que as previsões não são tão animadoras em decorrência dos impactos socioeconômicos advindos desta crise, a tendência é que o cenário de desigualdade relacionada à pobreza e a extrema pobreza aumente drasticamente. Neste momento de incertezas, estudos nesta área do conhecimento fazem-se prementes, com vistas à elaboração de políticas públicas que possam contribuir para combater e minimizar as condições de exclusão e vulnerabilidade social das regiões pobres do país.

Outro fator que deve ser preocupante para um futuro próximo, considerando-se os desafios para o enfrentamento da pandemia no Brasil, correlaciona-se a uma das formas de prevenção para evitar o agravamento da crise, dentre as alternativas encontradas têm-se o isolamento social no âmbito escolar e acadêmico, onde se recorreu ao ensino remoto, fazendo-se uso dos serviços da internet. Se voltarmos à atenção para os indicadores da pobreza multidimensional, o terceiro item de mensuração que mais afeta as pessoas no país tem sido a falta de acesso a esse tipo de serviço. Desse modo, é notável que uma parcela considerável da população brasileira sofra consequências negativas se não forem assistidas dignamente.

No tocante, a escolha de uma única abordagem para traçar uma atribuição à condição de pobreza de uma população não é uma tarefa que pode ser simplificada, por isto pode existir imprecisões sobre o estudo do fenômeno. Contudo, neste caso a compreensibilidade que retrata

majoritariamente a situação de pobreza numa determinada população, torna-se necessário sublinhar os respectivos aspectos monetários regulatórios. A pobreza chancelada por uma abordagem monetária classifica os indivíduos em pobres e não pobres. Desta feita, a tipificação da pobreza mediada por desigualdade de renda, pode-se compreender que quem vive abaixo da linha de pobreza não possui recursos necessários para uma vida digna. É importante salientar que a metodologia do IBGE já havia incorporado a faceta multidimensional da pobreza, sem esquecer a carência de renda como sendo algo bastante relevante. Dito isto, cabe vislumbrar, que as informações registradas nesta amostragem não devem ser esgotadas, pois permitem abordagens diversas acerca dos territórios de pobreza do Brasil na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, F. D.; KHAN, A. S.; ROCHA, L. A. Condicionantes da Pobreza Multidimensional nos Municípios do Ceará Pós-Constituição Federal de 1988. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.46, p.155 – 176, dez, 2015.
- CALDAS, R. D. M.; SAMPAIO, Y. D. S. B. Pobreza no nordeste brasileiro: uma análise multidimensional. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v.19, p.74 – 96, abr., 2015.
- CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE – Eletrônica**, São Paulo, v.1, p.1 – 12, dez. 2002.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. 6ª ed., Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2008.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2017**. Ed. n.37. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2017.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018**. Ed. n.39. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2018.
- IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019**. Ed. n.40. Rio de Janeiro: IBGE - Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2019.
- IBGE. **Cidade IBGE**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 5 de abr. de 2020.
- KAGEYAMA, A.; HOFFMAN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v.15, p.79 – 112, jun. 2006.
- KLIKSBERG, B. **Como enfrentar a pobreza e a desigualdade? Uma perspectiva internacional**. Ed. n.1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- PENA, R. F. A. A pobreza no Brasil. **Mundo Educação**. Consulta online. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/a-pobreza-no-brasil.htm>>. Acesso em 15 mai. de 2020.
- SANTOS, A. M. A.; SILVA, V. C. M. D. Perfil socioeconômico dos pobres: uma análise com base na região nordeste e em suas mesorregiões no período de 1980 a 2010. **Revista Estudo & Debate**, Lajeado, v.26, p.144 – 167, abr. de 2019.

SEN, A. Development: Which Way Now? **The Economic Journal**, Oxford, v.93, p.745-762, dez. de 1983.

SILVA, A. M. R.; NEDER, H. D. Abordagem das capacitações: um estudo empírico sobre pobreza multidimensional no Brasil. In: **III Conferência Latinoamericana e Caribenha sobre a abordagem das capacitações e desenvolvimento humano**, n.3, 2010, Porto Alegre.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. 2ª ed., São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

TELLES, V. da S. **Pobreza e cidadania**. 2ª ed., São Paulo: Editora 34. 2013.